

MENSAGEM N° 704

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de junho de 2025.

EM nº 00093/2025 MRE

Brasília, 14 de Maio de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **ORLANDO LEITE RIBEIRO**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO N° 836/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Espanha e, cumulativamente, no Principado de Andorra.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 09/06/2025, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6756206** e o código CRC **33C1409C** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.002935/2025-87

SEI nº 6756206

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

CPF.: [Informações pessoais](#)

ID.: [Informações pessoais](#)

[Informações](#)

[Informações pessoais](#)

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|--|
| 1977 | Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| 1979 | CPCD - IRBr |
| 1982 | Direito do Mar e Direito Econômico Internacional, Academia de Direito Internacional da Haia |
| 1986 | CAD - IRBr |
| 2000 | CAE - IRBR, A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política |

Cargos:

- | | |
|------|---|
| 1980 | Terceiro-secretário |
| 1982 | Segundo-secretário |
| 1989 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 1995 | Conselheiro, por merecimento |
| 2003 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2009 | Ministro de primeira classe |

Funções:

- | | |
|-----------|--|
| 1980-81 | Divisão das Nações Unidas, assistente |
| 1981-85 | Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente |
| 1983 | Instituto Rio Branco, Professor assistente de Direito Constitucional |
| 1985-86 | Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, assistente |
| 1986-89 | Missão junto à ONU, Nova York, segundo-secretário |
| 1989-92 | Embaixada em Santiago, segundo-secretário e primeiro-secretário |
| 1992-94 | Departamento do Meio Ambiente, assessor |
| 1995-96 | Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço, chefe |
| 1996-99 | Embaixada em Washington, conselheiro |
| 1999-2002 | Embaixada em Ottawa, conselheiro |
| 2002-04 | Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, chefe |
| 2004-05 | Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, ministro-conselheiro |
| 2005-11 | Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais, diretor |
| 2011-13 | Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia |
| 2013 | Missão do Brasil junto às Nações Unidas, Representante Permanente |

- 2013-14 Ministro de Estado das Relações Exteriores
2014-16 Embaixada do Brasil em Washington, Embaixador
2016-19 Embaixada do Brasil em Lisboa, Embaixador
2019-23 Embaixada do Brasil em Doha, Embaixador
2023- Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Diretor de Projeto

Condecorações:

- 1995 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
1995 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
1996 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
1998 Medalha do Pacificador, Brasil
2011 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ESPAÑA



OSTENSIVO

09 de maio de 2025

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Espanha
CAPITAL	Madri
ÁREA	505.983 km ²
POPULAÇÃO (2024)⁴	49,07 milhões de habitantes
IDIOMAS	Castelhano, catalão, galego, valenciano, basco e aranês
RELIGIÃO	Católica Romana (94%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentar
LEGISLATIVO	Bicameral (<i>Cortes Generales</i>): Congresso dos Deputados (<i>Congreso de los Diputados</i>) e Senado (<i>Senado</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Felipe VI (desde junho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Presidente de Governo Pedro Sánchez (desde junho de 2018)
CHANCELER	José Manuel Albares (desde julho de 2021)
PIB nominal (2024)¹	US\$ 1,73 trilhão
PIB PPC (2024)¹	US\$ 2,67 trilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2024)¹	US\$ 35.790
PIB PPC <i>per capita</i> (2024)¹	US\$ 55.090
VARIAÇÃO DO PIB (2024)¹	2,9% (2024); 2,7% (2023); 6,2% (2022); 6,7% (2021); -10,9% (2020); 2% (2019); 2,4% (2018); 2,9% (2017)
IDH (2023)²	0,911 - 27º lugar
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)³	84 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018)	99,72% (UNESCO)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2025)¹	11,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
COMUNIDADE BRASILEIRA (2023)	161.944

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Banco Mundial; (4) INE - Instituto Nacional de Estatística espanhol.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ bilhões FOB)								
Brasil → Espanha	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Jan.-abr./2025
Intercâmbio	8,2	7,0	6,7	8,7	13,5	11,8	13,94	4,25
Exportações	5,1	4,0	4,1	5,4	9,7	7,8	9,96	3,06
Importações	3,1	3,0	2,6	3,3	3,8	4,0	3,97	1,19
Saldo	2,0	1,0	1,4	2,1	5,9	3,9	5,99	1,87

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

PERFIS BIOGRÁFICOS

REI FELIPE VI



O Rei Felipe VI (Felipe Juan Pablo Alfonso de Todos los Santos de Borbón y de Grecia) é o terceiro filho de Suas Majestades, o Rei Juan Carlos e a Rainha Sofía. Nasceu em Madri, em 30 de janeiro de 1968. Em 1993, graduou-se em Direito pela Universidade Autônoma de Madri. Em 1995, completou mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Georgetown. Em 2004, casou-se com Letizia Ortiz Rocasolano. Em 19 de junho de 2014, fez o juramento previsto no artigo 61 da Constituição da Espanha e foi proclamado Rei diante do Parlamento, assumindo o nome de Felipe VI.

PRESIDENTE DE GOVERNO, PEDRO SÁNCHEZ



Pedro Sánchez nasceu em Madri, em 29 de fevereiro de 1972. É formado em Economia e trabalhou como professor universitário e assessor no Parlamento Europeu. Foi eleito deputado pelo Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) em 2009, reeleito em 2013. Esteve à frente da presidência de governo da Espanha desde o final da XII Legislatura (2018-2019) até o término da XIV Legislatura (2019-2023). Embora o PSOE tenha ficado em segundo lugar nas últimas eleições gerais, antecipadas para julho de 2023, a agremiação logrou compor novo governo de coalizão com siglas progressistas e independentistas, recolocando Sánchez à frente da XV Legislatura espanhola. É fortemente europeísta, tendo feito doutorado com tese sobre diplomacia europeia. É casado e tem duas filhas. É fluente em inglês e francês.

MINISTRO DOS ASSUNTOS EXTERIORES, UNIÃO EUROPEIA E COOPERAÇÃO, JOSÉ MANUEL ALBARES



José Manuel Albares Bueno nasceu em Madri, em 1972. É licenciado em direito pela Universidade de Deusto. Ao longo de sua carreira diplomática, desempenhou os cargos de Cônsul-Geral na Colômbia, Representante Permanente junto à OCDE e Embaixador na França. De junho de 2018 a fevereiro de 2020, ocupou o cargo de Secretário-Geral de Assuntos Internacionais, União Europeia, G20 e Segurança Global no Gabinete do Presidente de Governo, Pedro Sánchez, atuando como sherpa espanhol tanto junto à UE como junto ao G20. Assumiu a chancelaria em 2021, permanecendo no cargo no novo governo de Pedro Sánchez.

APRESENTAÇÃO

A Espanha, oficialmente Reino da Espanha, é um país situado no sudoeste da Europa, ocupando a maior parte da Península Ibérica. Faz fronteira terrestre com Portugal, França, Andorra e Gibraltar. Ao sul, faz fronteira com o mar Mediterrâneo; ao norte, com o Golfo de Biscaia; e, a oeste, com o oceano Atlântico. Com uma área de 505.983 km², é o quarto maior país do continente europeu. Seu território inclui ainda os arquipélagos das Ilhas Baleares, no Mediterrâneo, e das Ilhas Canárias, no Atlântico, além das cidades autônomas de Ceuta e Melilla, no norte da África.

A diversidade cultural espanhola é uma de suas principais características. O país tem seis idiomas oficiais: o castelhano, falado em todo o território; o catalão, na Catalunha e nas Ilhas Baleares; o aranês também na Catalunha; o galego, na Galícia; o valenciano na Comunidade Valenciana; e o basco, no país Basco e em Navarra. As tradições variam significativamente entre regiões, com festas típicas como a "La Tomatina" em Buñol, as festas de San Fermín em Pamplona, e as procissões religiosas da Semana Santa na Andaluzia. A Espanha é reconhecida internacionalmente pela sua contribuição para a arte, com nomes como Pablo Picasso, Salvador Dalí e Francisco de Goya, e para a gastronomia, com pratos como a paella, o jamón ibérico e as tapas. No cinema, destaca-se Pedro Almodóvar, conhecido por filmes de forte carga emocional e temáticas sociais, como "Mulheres à Beira de um Ataque de Nervos" e "Tudo Sobre Minha Mãe".

A Espanha, ao longo da história, foi tanto recebedora quanto fonte de influências externas, a exemplo da conquista, no século VIII, de parte da Península Ibérica por mouros provenientes principalmente do Norte da África. A Espanha era, ademais, uma das maiores potências da Europa durante o século XVI, posição reforçada pelo comércio e pela riqueza de suas possessões coloniais.

Politicamente, a Espanha é uma monarquia parlamentarista, com o rei Felipe VI como chefe de Estado e um presidente do Governo à frente do poder executivo. O país está dividido em 17 comunidades autônomas e duas cidades autônomas, cada uma com um grau significativo de autonomia administrativa. É membro da União Europeia desde 1986, além de integrar organizações internacionais como a ONU, a OTAN e a OCDE.

Economicamente, a Espanha tem uma das maiores economias da zona do euro, colocando-se na quarta posição, atrás de Alemanha, França e Itália. De acordo com o FMI, o PIB nominal espanhol atingiu US\$ 1,73 trilhão em 2024, com um PIB PPP de US\$ 2,67 trilhões. O PIB per capita nominal foi de US\$ 35.790, enquanto o PIB per capita em termos de paridade de poder de compra alcançou US\$ 55.090. Após um crescimento de 5,8% em 2022, o país registrou uma expansão de 2,5% em 2023 e de 3,2% em 2024. Os setores de serviços - especialmente o turismo - e a indústria são pilares da economia espanhola. A Espanha tem investido de maneira significativa na transição energética, sobretudo com investimentos em energia eólica e solar.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Espanha iniciaram-se com o reconhecimento espanhol da independência brasileira, em 1834. Desde então, houve estreitamento contínuo do relacionamento, marcado por forte imigração de espanhóis, na primeira metade do século XX, e, a partir da década de 1990, pelos investimentos espanhóis. Atualmente, o componente econômico representa eixo essencial da relação.

A comunidade brasileira na Espanha soma quase 162 mil residentes cadastrados (82.471 no Consulado-Geral em Madri e 79.473 no Consulado-Geral em Barcelona), de acordo com os dados compilados pelo relatório “Comunidades Brasileiras

no Exterior”, publicado pelo MRE em julho de 2024 (<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/comunidades-brasileiras-no-exterior-estatisticas-2023>), constituindo-se no quarto maior contingente de nacionais por país no continente europeu, após Portugal (513 mil), Reino Unido (230 mil) e Alemanha (170 mil).

Além da proximidade histórica e cultural entre os dois países, a interlocução entre seus principais atores políticos é fluida, o que incrementa os laços e resulta em vultosos empreendimentos econômicos compartilhados. A densidade da relação comercial e os investimentos recíprocos determinam relação bilateral que a chancelaria espanhola qualifica reiteradamente de “sistêmica”, ou seja, relação em que reverberações políticas e econômicas em um país são imediatamente trasladadas ao outro.

A relação alcançou patamar superior com a assinatura, em 2003, do “Plano de Parceria Estratégica”, por ocasião da XIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Santa Cruz de la Sierra. Em 2005, foi adotado Plano de Ação (Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-Espanha), que previa reuniões anuais dos presidentes, consultas políticas periódicas (a cada seis meses) entre as segundas autoridades das chancelarias e encontros em diversos níveis da administração. Em novembro de 2012, com a Declaração de Madrid, foi criado novo mecanismo de consultas, a Comissão Ministerial de Diálogo Político Brasil-Espanha (CMDP), presidida pelos ministros das relações exteriores de ambos os países, com vistas a garantir avaliação permanente da relação bilateral, além de estruturar o diálogo político.

Em abril de 2023, o presidente Lula efetuou visita oficial à Espanha, dando início à renovação do diálogo bilateral. Acompanharam a visita presidencial os ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, da Educação, Camilo Santana, e do Trabalho, Luiz Marinho, bem como as ministras da Ciência, Tecnologia e Inovação, Lu-

ciana Santos, da Saúde, Nísia Trindade, e da Igualdade Racial, Anielle Franco (que realizou nova visita a Madri no mês seguinte).

Ainda no curso de 2023, visitaram a Espanha o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e os governadores do Rio Grande do Norte, Fatima Bezerra, e do Maranhão, Carlos Brandão.

A mais recente visita oficial de chefe de Governo espanhol ao Brasil ocorreu com a vinda do atual presidente de Governo Pedro Sánchez, em março de 2024, respondendo a convite do presidente Lula em sua visita a Madri, em abril de 2023. Por ocasião da visita do mandatário espanhol ao Brasil, foi aprovada Declaração de Seguimento da Parceria Estratégica Renovada Brasil-Espanha, subscrita pelos presidentes Lula e Sánchez, contendo plano de ação que passou a orientar a agenda bilateral em suas diversas áreas temáticas.

Em 2024, efetuaram visitas à Espanha, entre outras autoridades, os ministros do Turismo, Celso Sabino, dos Transportes, Renan Filho, dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, os ministros do STF Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Luis Fux, Nunes Marques e André Mendonça, o procurador-geral da República, Paulo Gonçalves, e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Nos primeiros meses de 2025, realizaram visita oficial à Espanha a ministra do STJ Maria Thereza Rocha de Assis Moura, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias, o Procurador-Geral da República, Paulo Gustavo Gonçalves Branco, e o Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, Carlos Vinícius Alves Ribeiro.

O rei Felipe VI, que já visitara o Brasil em março de 2014, ainda na condição de Príncipe das Astúrias, quando manteve em São Paulo compromissos com empre-

sários e autoridades locais, voltou ao país em janeiro de 2023, para assistir à posse do presidente Lula.

No que respeita a outras autoridades espanholas que visitaram o Brasil em 2023 e 2024, cabe destacar: a segunda vice-presidente de Governo e ministra do Trabalho, Migração e Previdência Social, Yolanda Díaz (de 31/12/2022 a 02/01/2023), o ministro das Relações Exteriores, União Europeia e Cooperação, José Manuel Albares (1-2 de janeiro de 2023), a secretária de Estado do Comércio, Xiana Méndez (30-31 de março de 2023), a secretária-geral do Tesouro e Finanças Internacionais do Ministério da Economia, Paula Conthe (em 28 de fevereiro de 2024), a secretária-geral de Pesquisa do Ministério da Ciência, Inovação e Universidades, Eva Ortega (3-4 de junho de 2024) e a secretária de Estado para a Iberoamérica, o Caribe e o Espanhol no Mundo, do Ministério das Relações Exteriores, União Europeia e Cooperação, Susana Sumelzo Jordán (5-6 de junho de 2024).

Em 2024, a Espanha aderiu à iniciativa brasileira da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, lançada na reunião do G20 no Rio de Janeiro (18-19/11/24).

Comissão Permanente Bilateral (CPB) Brasil-Espanha

Estabelecida em maio de 2021, durante a visita da então chanceler Arancha González a Brasília, a CPB tem como objetivo conferir maior organicidade à densa relação bilateral e assegurar agilidade na implementação dos compromissos assumidos em amplo espectro temático. A CPB Brasil-Espanha concentra, hoje, os principais temas das relações bilaterais, havendo absorvido anteriores mecanismos setoriais em suas nove subcomissões. O Memorando de Entendimento que estabeleceu a CPB Brasil-Espanha dispõe que suas reuniões terão periodicidade bianual, com presidência rotativa. Foram estabelecidas as seguintes comissões temáticas: Assuntos Políticos Bilaterais, Regionais e Multilaterais; Comércio, Investimentos, Finanças, Infraestrutura e Turismo; Cooperação Técnica; Defesa; Educação e Cultura; Ciência, Tecno-

logia e Inovação; Meio Ambiente e Energia; Assuntos Consulares e Migratórios; e Combate à Criminalidade. A primeira presidência rotativa da CPB foi oferecida pelo Brasil à Espanha, que a acolheu. A primeira reunião da CPB foi realizada em 17/02/2025, em Madri. Na referida ocasião, ambas as partes acordaram realizar cúpulas bilaterais regulares e bienais, presididas pelos seus respectivos presidentes e com delegações ministeriais dos dois países.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Espanha tem variado ao longo da última década, com pico de US\$ 13,94 bilhões em 2024 e mínima de US\$ 5,2 bilhões em 2016.

Em 2023, a corrente de comércio entre Brasil e Espanha totalizou US\$ 11,85 bilhões, o que representou decréscimo de 12% na comparação com 2022. A Espanha foi o sétimo maior destino global de exportações brasileiras. O Brasil exportou US\$ 7,86 bilhões (redução interanual de 19%) e importou US\$ 3,99 bilhões (acréscimo interanual de 6%), perfazendo superávit bilateral na casa de US\$ 3,87 bilhões.

Em 2024, a corrente de comércio entre Brasil e Espanha alcançou US\$ 13,9 bilhões, valor 18% superior ao registrado em 2023. O Brasil exportou US\$ 9,96 bilhões (aumento interanual de 26,8%) e importou US\$ 3,97 bilhões (redução interanual de 0,2%), perfazendo superávit bilateral da ordem de US\$ 5,99 bilhões. A Espanha tornou-se um dos dez maiores parceiros comerciais do Brasil, havendo encerrado o ano de 2024 como o quinto principal destino para as exportações brasileiras (subida de duas posições em relação ao ano anterior).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram: óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos (48%); soja (18%); e farelos de soja e outros alimentos para animais, farinhas de carnes e outros animais (5,1%). A pauta importadora foi composta principalmente por: óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (18%); medicamentos, incluindo veterinários (6,4%); e medicamentos e produtos farmacêuticos, exceto veterinários (6,3%).

Há mais de duas décadas, a Espanha é o segundo principal investidor estrangeiro direto no Brasil. De acordo com os últimos dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (2023), o estoque de investimentos espanhóis alcança US\$ 66,76 bilhões no critério de controlador final (6,56% do total, superada apenas pelos EUA). Mais de 1.000 empresas espanholas estão estabelecidas no Brasil, operando em diferentes setores da economia brasileira, como finanças, telecomunicações, construção civil, infraestrutura e turismo. Filiais de grandes empresas espanholas, como Telefónica (Vivo), Iberdrola (Neoenergia), Acciona, Sacyr, Santander, Mapfre e Aena, seguem anunciando novos investimentos no país.

No decorrer de 2024, empresas como Aena, com investimentos contratados de EUR 1,05 bilhão até 2028, e Acciona, vencedora de contratos de saneamento e do metrô de São Paulo, têm reforçado sua presença no Brasil. Por outro lado, algumas empresas, como a rede de supermercados Dia, anunciaram desinvestimentos relevantes no Brasil.

Os investimentos brasileiros na Espanha, embora ainda comparativamente tímidos, já tornam o país o maior destino entre as grandes economias europeias e o nono em nível global. A Votorantim Cimentos e a Stefanini contam com presença na Espanha, desde 2012 e 2003 respectivamente. No segmento agroalimentar, a JBS constrói atualmente no País Basco a maior planta de proteínas cultivadas do planeta, por meio da BioTech Foods, da qual é acionista majoritária. Ao final de 2024, um dos

movimentos mais significativos em termos de entrada de capital brasileiro no agro-negócio espanhol deu-se com a aquisição do controle do Hevo Group, segundo maior produtor de ovos da Espanha, pela holding Global Egg (Granja Faria), líder do mercado brasileiro. Também o mercado imobiliário espanhol atrai investimentos brasileiros, como comprova a aquisição, em 2024, do fundo imobiliário Árima Real Estate pelo Grupo Safra.

Turismo e Esportes

Os setores de Turismo e Esportes oferecem contribuição fundamental ao desenvolvimento de países com inegável vocação turística como Brasil e Espanha, e podem, portanto, estimular investimentos recíprocos, além de intercâmbios de experiências, especialmente na área de formação profissional. Em 2024, a Espanha recebeu mais de 90 milhões de turistas estrangeiros, quebrando novamente seu recorde histórico, gerando uma receita superior a EUR 125 bilhões. A promoção de maior e melhor cooperação no setor turístico poderia beneficiar-se da implementação dos instrumentos bilaterais existentes nesse campo, como o Memorando firmado entre os Ministérios de Turismo dos dois países no início de 2023. Há ainda amplo potencial turístico a ser explorado: cerca de 145 mil turistas espanhóis vieram ao Brasil no pré-pandemia, em 2019. Em 2024, passaram de 130 mil. No sentido inverso, o número de brasileiros que visitam anualmente a Espanha aproxima-se dos 600 mil. A Espanha conta hoje com a maior feira do setor turístico mundial, a Fitur, que ocorre anualmente no mês de janeiro, em Madri. Na edição de 2025, o Brasil participou como país-sócio da Feira.

POLÍTICA INTERNA

O Reino da Espanha é uma monarquia parlamentar, na qual a chefia do Estado está a cargo do monarca, o Rei Felipe VI, que também cumpre o papel de árbitro do funcionamento estável das instituições e de símbolo de unidade nacional. O Parlamento (“Cortes Gerais”) se compõe de duas casas: o Senado e o Congresso dos Deputados. A chefia do Executivo está a cargo do presidente de Governo, cuja nomeação, pelo Rei, após as eleições gerais, depende de votação da maioria do Congresso dos Deputados.

Pedro Sánchez (Partido Socialista Obrero Español – PSOE) formou, em janeiro de 2020, o primeiro governo de coalizão nos 40 anos da democracia espanhola, em parceria com a coligação Unidas Podemos. A estreita maioria formada por Sánchez para chegar à Presidência de Governo reuniu, além da Unidas Podemos, partidos de distintas prioridades e orientações, entre os quais siglas nacionalistas e independentistas, o que conformou cenário distante do bipartidarismo que marcara as primeiras décadas da democracia espanhola.

Durante o ano de 2020, com as sucessivas prorrogações dos “estados de alarme” em decorrência da pandemia de Covid-19, o governo utilizou-se de configurações de geometria variável, ora com apoio da base parlamentar que permitiu a investidura, ora com apoio de partidos de oposição, como foi o caso do Ciudadanos.

O PSOE sofreu derrota em eleição na capital do país no primeiro semestre de 2021, em meio aos desafios impostos pela paralisação das atividades econômicas no país. Em maio desse ano, Isabel Díaz Ayuso, do PP, venceu as eleições na Comunidade de Madri ao somar mais do que os três partidos do bloco da esquerda (PSOE, Más Madrid e Podemos) juntos.

Ao longo do segundo semestre de 2021, Sánchez enfrentou cenário menos desafiador do que aquele com que se deparou em 2020, graças à retomada econômica pós COVID-2019 e aos aportes de fundos europeus que auxiliaram na geração de novos empregos.

A posse, em 12/07/2021, de José Manuel Albares no cargo de Ministro de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, confirmou o foco “europeísta” da administração Pedro Sánchez, tendo em conta a experiência prévia de mais de dois anos do chanceler como sherpa espanhol junto à UE. Poucas semanas após sua posse, Albares promoveu mudanças na estrutura do Ministério, dentre as quais se destaca a recriação de Secretaria de Estado dedicada aos assuntos de Ibero-América e Caribe.

Em seguimento às últimas eleições gerais de julho de 2023, vencidas pelo Partido Popular (PP), de centro-direita, que não logrou, contudo, formar governo, Pedro Sánchez foi, pela terceira vez, investido como presidente pelo Congresso dos Deputados, em novembro daquele ano, no segundo governo de coalizão da democracia espanhola, desta feita em aliança, sobretudo, com agremiações nacionalistas catalãs e bascas. Para consolidar sua nova base de governo, Sánchez atendeu, notadamente, à demanda do independentismo catalão por uma lei de anistia aos envolvidos no “procès” de 2017, aprovada, em 30 de maio último.

Não obstante a acirrada oposição do PP, secundado pela formação de ultradireita Vox, e a relativa fragilidade de sua base parlamentar de apoio, notadamente no que respeita ao “Junts per Catalunya”, sem verdadeiras afinidades ideológicas com o governo socialista, o governo de Pedro Sánchez dispõe de chances de completar o mandato de quatro anos que recebeu do Congresso dos Deputados. Para tanto, contribuem o fracasso dos independentistas nas últimas eleições autonômicas catalãs, em 12 de maio de 2024, bem como o resultado de sondagens de opinião que apontam

para uma vitória do PP, fortemente hostil ao independentismo em eventuais eleições antecipadas.

Assim é que se afigura pouco provável que o partido de Carles Puigdemont (que teve sua liderança confirmada no último congresso da agremiação em outubro de 2024) chegue a romper com o governo, por mais que venha a “cobrar caro” seu apoio em concessões ao autonomismo catalão. Muito dificilmente a formação poderia voltar a desfrutar da inédita posição de “fiel da balança” que lhe asseguram, hoje, seus sete assentos no “Congresso dos Deputados”. Não havendo logrado obter a “Generalitat” catalã em maio, o “Junts” perderia, deixando o governo, o único “trunfo” de que atualmente dispõe para influenciar os rumos da política espanhola. Acresce que, na “batalha judicial” em que se empenha o PP contra a aplicação da lei de anistia, especialmente no caso de Puigdemont, o domínio do Tribunal Constitucional por magistrados próximos ao PSOE, num contexto de grande politização do Poder Judiciário, afigura-se fundamental para neutralizar os empecilhos postos pelo Tribunal Supremo, dominado pelos populares, que ainda impedem a volta do líder independentista à Espanha sem que seja encarcerado.

POLÍTICA EXTERNA

A União Europeia constitui o núcleo da política externa espanhola. A Espanha é um dos principais fiadores do projeto de integração, e a UE constitui um de seus principais referentes políticos e econômicos, embora o país tenha ingressado tarde no bloco, em 1986. Na condição de 4^a principal economia da Zona do Euro e detentora da 4^a maior população, a Espanha aspira a assumir posições de maior destaque na liderança de temas comunitários. A Chancelaria espanhola costuma sublinhar agendas específicas como Política de Vizinhança Euro-mediterrânea e o Diálogo

Birregional União Europeia-CELAC, bem como sua postura construtiva no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

A busca de maior proeminência em âmbito comunitário certamente beneficiou-se da assunção espanhola da presidência rotativa do Conselho da UE, no segundo semestre de 2023. Nesse período, a Espanha buscou prioritariamente: impulsionar a reindustrialização da UE e sua autonomia estratégica, avançar com a transição ecológica, lograr maior justiça social e econômica e reforçar a unidade da Europa. Em matéria de política externa, a presidência pro tempore espanhola enfatizou o apoio à Ucrânia, as relações com a América Latina e o Caribe, a crise no Oriente Médio e o fortalecimento da influência geoestratégica da Europa.

Há grande interesse por parte da diplomacia espanhola no sentido de evidenciar aos parceiros da UE que, além de nutrir laços e interesses compartilhados com a Europa, tem forte ligação com países latino-americanos. A Espanha é um dos principais investidores na região, com forte presença em setores como construção, energia e telecomunicações. A região da América Latina e o Caribe tem-se consolidado como uma das "apostas" prioritárias para a projeção de sua influência política e econômica, bem como de seu "soft power". A Espanha tem reivindicado o papel de facilitador dos contatos entre América Latina e União Europeia, sobretudo no quadro da "Autonomia Estratégica Aberta", definida pela UE para fazer frente aos desafios militares, energéticos e industriais contemporâneos. No biênio 2025-26, a Espanha exerce a presidência pro tempore da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e organizará a XXX Cúpula Ibero-Americana em 2026, em Madri.

É nesse contexto que se comprehende a boa acolhida da conclusão das negociações do Acordo de Parceria UE-Mercosul pelo governo espanhol, que percebe a iniciativa como oportunidade de fundamental importância estratégica para aumentar as

exportações e fortalecer a posição da Espanha e do próprio bloco europeu no cenário internacional.

No cenário pós-eleitoral na Venezuela, a Espanha tem buscado posicionar-se como interlocutor de confiança entre governo e oposição. Ainda que tenha concedido asilo político ao ex-candidato presidencial venezuelano, Edmundo González Urrutia, o Executivo espanhol, ao contrário do Legislativo, não reconheceu, até o momento, o líder opositor como legítimo presidente eleito da Venezuela e continuou a demandar que o resultado do pleito realizado no país sul-americano seja publicado e verificado de modo imparcial e independente.

Desde o início de sua gestão à frente do Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação (MAEC), o chanceler José Manuel Albares tem defendido ação exterior que permita reposicionamento do país frente a parceiros estratégicos, como os EUA. O governo espanhol tem buscado, igualmente, intensificar seu protagonismo nas altas instâncias comunitárias, juntamente com intensa agenda internacional do Presidente Pedro Sánchez no âmbito europeu, para elevar a capacidade da Espanha de influir em temas-chave como o Pacto de Migração e Asilo, o Fundo de Recuperação Europeu, a cooperação com os países do Mediterrâneo e com o continente africano, e as relações com a América Latina.

Nessa linha, destacam-se as principais realizações da gestão espanhola à frente da presidência rotativa do Conselho da UE no segundo semestre de 2023: o acordo entre Conselho e Parlamento Europeu para reforma do sistema europeu de migração e asilo; a III Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas, de 17 a 18/7 de 2023; a Cúpula de Alhambra, em Granada, em outubro do mesmo ano, reunindo os 27 membros da UE e os 17 integrantes da Comunidade Política Europeia (CPE), grupo criado em maio de 2022 por iniciativa do presidente francês Emmanuel Macron, quando da presidência francesa do Conselho.

Tal como discutido na Cúpula de Alhambra, os riscos à segurança e à paz provenientes do “flanco sul” têm adquirido cada vez mais proeminência na agenda da política exterior da Espanha, sobretudo em razão das instabilidades no Sahel e do crescente fluxo migratório. Nesse contexto, a aprovação de plano de ação da OTAN dedicado especificamente ao flanco sul, na última cúpula da Aliança, em julho último, em Washington, bem como a designação de diplomata espanhol para o recém-criado cargo de Representante Especial do Secretário-Geral da OTAN para o sul, foram acolhidos de modo muito positivo por Madri. A Espanha tem buscado capitalizar seu crescente engajamento no flanco leste em prol de maior influência sobre a agenda de prioridades da OTAN, em especial o reforço de sua presença ao sul.

Um dos temas a que a governo espanhol conferiu tratamento prioritário no decorrer de 2024 foi a crise no Oriente Médio. O apoio assertivo de Madri à causa palestina e à solução de dois Estados como único caminho para a paz e a estabilidade definitivas na região culminou, em 28 de maio de 2024, no ato formal de reconhecimento do Estado da Palestina pela Espanha, em coordenação com Noruega e Irlanda, e na subsequente decisão espanhola, em 06 de junho de 2024, de unir-se ao processo por genocídio iniciado pela África do Sul em 2023 contra Tel Aviv, no âmbito da Corte Internacional de Justiça (CIJ). Essa linha de ação tem fundamentado, ademais, o compromisso da chancelaria local com os trabalhos promovidos no âmbito da chamada Aliança Global para a Implementação da Solução de Dois Estados.

A despeito dos impactos negativos sobre o relacionamento com Israel, cujo governo chegou a proibir o consulado-geral da Espanha em Jerusalém de prestar serviços aos palestinos "residentes sob a Autoridade Palestina", o governo espanhol tem justificado a adoção desse posicionamento por estar em consonância, como país que preza por uma ordem internacional baseada em regras, com a defesa dos princípios da promoção da paz, da prevalência do multilateralismo e do respeito aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional, incluindo o Direito Internacional Humanitário.

Em abril de 2025, contrato de compra de munições de empresa israelense para suprir a Guarda Nacional da Espanha foi cancelado pelo presidente Pedro Sánchez, após pressão de membros da coalizão de governo. O governo de Israel condenou fortemente a decisão de Madri. O presidente de Governo já havia declarado anteriormente que, em resposta às ações militares em Gaza, a Espanha havia suspendido o comércio de armas e munições com Israel.

A postura defendida por Madri na questão palestina também guarda importante relação com o objetivo geopolítico mais amplo do país de acercar-se da chamada "Vizinhança ao Sul" (África Ocidental, Norte da África, Sahel, Oriente Médio) para melhor administrar os efeitos dos variados focos de instabilidade política, social e econômica presentes nesse arco estratégico, assim como para fazer face às presenças russa e chinesa naquela localidade. Sob essa lógica, Madri tem trabalhado para facilitar os contatos políticos e a cooperação com autoridades do continente africano e para angariar maior capacidade de influência política, econômica e cultural em nível tanto nacional como europeu, haja vista a magnitude dos desafios geopolíticos e de segurança presentes na África Ocidental, no Norte da África e no Sahel, em especial os crescentes fluxos de imigração irregular direcionados ao território espanhol.

Houve, igualmente, a consolidação da perspectiva do desenvolvimento "na origem" como principal diretriz, aliada à da cooperação para o desenvolvimento, da política externa espanhola para o continente africano. Essa nova abordagem foi consagrada na chamada Estratégia Espanha-África 2025-2028, lançada em 5/12/24. No documento, Madri busca legitimar sua relação com os países africanos, projetando-se como parceiro confiável, de atuação "não imperialista" e como "ponta-de-lança" de renovada presença europeia naquele continente.

A Espanha condenou, de forma imediata, a invasão da Ucrânia pela Rússia e tem atuado, em conjunto com OTAN e a EU, no provimento de assistência, inclusive

financeira, e na aplicação de sanções à Rússia. O Governo espanhol tem enviado ajuda humanitária à Ucrânia e está incluído entre os que fornecem treinamento de tropas e armamento letal a Kiev, principalmente munições e armas leves, além de capacetes, coletes à prova de balas e caminhões de transporte. Em maio de 2024, por ocasião da primeira viagem oficial do presidente da Ucrânia à Espanha em caráter bilateral, os lados espanhol e ucraniano firmaram acordo de segurança e defesa com vigência inicial de 10 anos. O instrumento prevê compromissos de Madri em diferentes âmbitos, entre os quais assistência financeira, militar e humanitária, fortalecimento institucional, combate à desinformação, resiliência cibernética, formação e treinamento de tropas e cooperação entre indústrias de defesa. Ratifica, ademais, o apoio espanhol à chamada "Fórmula para a Paz" do presidente ucraniano. No contexto do terceiro aniversário da guerra entre Ucrânia e Rússia (24/02/25), a Espanha tem buscado garantir presença e voz em iniciativas europeias em prol de Kiev. Para além de aspectos tradicionais do posicionamento espanhol, ressaltam-se o anúncio de novo pacote de auxílio militar à Ucrânia e o reforço de críticas à condução de tratativas de paz entre EUA e Rússia. O governo espanhol tem também defendido que o processo de paz deve partir da premissa de que, em se tratando do conflito russo-ucraniano, "nada deve nem pode ser adotado sem a Ucrânia e de que nada sobre a segurança europeia pode ser decidido sem a Europa".

No que concerne às relações com os Estados Unidos, a assunção do democrata Joe Biden à presidência norte-americana viabilizou a reaproximação entre os dois países, após o relativo esfriamento que sofreu o relacionamento bilateral durante a primeira administração Trump. A última visita do presidente de governo Pedro Sánchez aos Estados Unidos deu-se em 12 de maio de 2023. Em que pese a permanência de temas problemáticos (levantamento das tarifas de 31% sobre as azeitonas pretas espanholas e a retirada dos resíduos radioativos de Palomares), o encontro renovara e atualizara a relação estratégica entre os dois países, alicerçada na mudança de posição

espanhola sobre o Saara Ocidental (defesa do plano de autonomia proposto pelo Marrocos em 2007) e no acordo para ampliação da base naval de Rota (Cádiz), que, junto da Base Aérea de Morón (Sevilha), constituem as duas bases militares que os EUA ainda mantêm em território espanhol. Com a vitória do ex-presidente Donald Trump nas eleições de novembro de 2024, Pedro Sánchez publicou mensagem de cumprimentos, em que manifesta expectativa de que os dois lados trabalhem em benefício das “relações bilaterais estratégicas” e de “forte associação transatlântica”. Manteve, ademais, conversa telefônica com o novo presidente eleito, no mesmo mês de novembro. Tem prevalecido, tanto na Presidência de Governo como na Chancelaria da Espanha, o interesse em priorizar o pragmatismo e as afinidades no relacionamento com o governo de Donald Trump, caracterizando os Estados Unidos como “aliado natural da Europa”, sem abrir mão, porém, de margem de atuação, quando pertinente, para reafirmar diferenças em termos de visões e valores.

Em fevereiro de 2025, o governo de Pedro Sánchez anunciou substantivo incremento nos gastos militares da Espanha nos próximos anos, propondo-se a elevar o montante dos recursos destinados à defesa de 1,32% (2024) a 2% do PIB espanhol até 2029, enfatizando a necessidade de a Europa reestruturar-se militarmente face ao contexto geopolítico inaugurado com a nova presidência de Donald Trump e com a reaproximação dos EUA com a Rússia para negociar o fim da guerra na Ucrânia.

Quanto ao relacionamento com a China, o quarto maior parceiro comercial da Espanha – que o presidente Pedro Sánchez visitou, pela terceira vez, em abril de 2025 –, a Espanha historicamente favorece abordagem pragmática para o estabelecimento de iniciativas de diálogo e de cooperação com Pequim, seu maior parceiro econômico no continente asiático. Em 2005, os dois países elevaram o relacionamento bilateral ao patamar de “Associação Estratégica Integral”. As recentes transformações na conjuntura geopolítica desde o início da Guerra na Ucrânia vêm, não obstante, submetendo a retórica diplomática espanhola para a China a crescentes pressões, que deri-

vam do alinhamento à política externa da União Europeia, cada vez mais crítica ao incremento da assertividade internacional chinesa. A diplomacia espanhola também oscila de uma lógica de cooperação para outra de competição quando aborda a crescente projeção política e econômica chinesa em espaços de tradicional influência da Espanha, tais como a América Latina e o Norte da África.

Segundo a "Estratégia de Acción Exterior 2021-2024", publicada em janeiro de 2021, a Espanha coloca o relacionamento com o Brasil entre suas prioridades. O documento destaca o Brasil como país de associação estratégica e prevê novos impulsos aos mecanismos de consultas políticas e à retomada dos contatos de alto nível, cuja materialização se deu com a visita do presidente Lula a Madri em abril de 2023 e a de Pedro Sánchez a Brasília e São Paulo em março de 2024, ocasiões em que foram aprovados o Mapa do Caminho para uma Associação Estratégica Renovada (2023) e a Declaração de Seguimento da Parceria Estratégica Renovada Brasil-Espanha (2024).

O texto afirma, ainda, que a Espanha apoiará o ingresso do Brasil na OCDE e prosseguirá com planos de investimentos espanhóis em infraestrutura e desenvolvimento regional, bem como buscará trabalhar com o Brasil na luta contra as mudanças climáticas, na preservação da floresta amazônica e na proteção de minorias étnicas.

A "Estratégia" determina quatro eixos substantivos da política externa espanhola nos próximos anos: i) direitos humanos, democracia, segurança, feminismo e diversidade; ii) economia e sociedade integrada, justa e equitativa; iii) planeta mais sustentável, resiliente, habitável e verde; iv) integração regional e multilateralismo reforçados.

Em 2025, deverá manter destaque na agenda de política externa da Espanha a questão migratória, que, segundo o Rei Felipe VI, em seu discurso de final de ano à cidadania, é realidade cotidiana que exigirá gestão e coordenação adequadas para evi-

tar tensões que poderão vir a erodir a coesão social. A cooperação para o desenvolvimento também tenderá a ganhar ímpeto no próximo ano, haja vista a realização, em Sevilha, em junho-julho de 2025, da Quarta Conferência sobre Financiamento ao Desenvolvimento (FfD4). Também merece destaque a Política Exterior Feminista, implementada pela chancelaria espanhola a partir de 2021, a partir da incorporação da igualdade de gênero como elemento central de sua diplomacia. Por fim, o concerto europeu seguirá compondo o núcleo duro da política externa da Espanha, que é um dos principais fiadores do projeto de integração regional.

No corrente ano, deverá ser lançada a próxima "Estratégia de Ação Exterior" do país, assim como a elaboração de novo plano para a Ásia. A respeito desse continente, espera-se que a Espanha buscará assumir "maior protagonismo" na região do Indo-Pacífico, que se consolidaria, progressivamente, como o novo centro de gravidade das relações internacionais.

Representação Espanhola no Parlamento Europeu

Nas eleições europeias de 9 de junho de 2024, invertendo-se o resultado do pleito de 2019, claramente favorável ao PSOE, o PP despontou como o grande vencedor. Com 34,2% dos votos, registrando significativo acréscimo em relação aos 20,15% obtidos nas eleições de 2019, a agremiação de centro-direita conquistou 22 assentos no Parlamento Europeu (nove a mais que na legislatura passada), impondo-se como a primeira força sobre o PSOE (com 30,18% dos votos - 2,67 pontos a menos que em 2019 - e 20 assentos - um a menos que em 2019).

Não obstante o relativo mau desempenho, o partido de Pedro Sánchez amargou o que alguns analistas qualificaram como uma "doce derrota". Ainda que perdendo a liderança na bancada espanhola, o PSOE, face ao malogro dos socialistas em outros países europeus, notadamente na Alemanha, viu sua representação proporcional no bloco da esquerda do Parlamento Europeu crescer consideravelmente.

Em relação aos dois principais partidos espanhóis, cabe, ainda, notar o relevante reforço do "bipartidarismo" no último pleito. PP e PSOE somaram 49% dos votos dos espanhóis em 2014, 53% em 2019 e 64% nas eleições de 2024.

Com relação às demais agremiações à direita e à esquerda, os ultradireitistas ganharam força com o crescimento do Vox (que passou de 4 a 6 assentos) e o ingresso no Parlamento Europeu, com 3 cadeiras parlamentares, do "Se acabó la fiesta" de Alvise Pérez. Somados, os votos angariados pelos dois agrupamentos atingiram 14,21%, uma porcentagem alta para os padrões espanhóis, mas inferior ao resultado alcançado pelo Vox nas eleições gerais espanholas de novembro de 2019 (seu recorde histórico de votação) e bastante aquém dos obtidos por formações análogas em outros países europeus, como a França (33%). No campo da esquerda, o Sumar não obteve bons resultados, embora tenha superado o Podemos, com 3 assentos contra 2 (2 a menos que em 2019, quando conquistou 4).

Por fim, cabe recordar que o expressivo crescimento do PP deve-se, em grande medida, aos votos dos eleitores do "Ciudadanos", partido de centro absorvido pelos populares, que detinha 7 assentos parlamentares na anterior Legislatura europeia e não obteve nenhum nas eleições de junho último. É o que leva alguns analistas a afirmar que o PP pode ter encontrado seu limite de crescimento, pressionado à direita pelo Vox e, agora, pelo "Se acabó la fiesta".

A economia espanhola, entre 2019 e 2023, foi marcada por uma trajetória de recuperação gradual após período afetado pela crise financeira de 2008, impulsionada principalmente pelo crescimento do consumo interno, do turismo e das exportações. A pandemia de COVID-19, em 2020, e a guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, trouxeram novos desafios, como a queda momentânea do PIB, o aumento da inflação e a interrupção das cadeias de suprimentos.

A recuperação começou em 2021, ano em que o PIB nominal espanhol alcançou a cifra de 1,203 trilhões de euros – aumento de 5% em relação ao resultado de 2020 - de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas espanhol (INE). Tal variação anual do PIB representou o melhor resultado para a economia espanhola em duas décadas, o que se explica, em parte, pela base de comparação deprimida de 2020, quando se registraram os impactos negativos da pandemia sobre o país. O crescimento do PIB espanhol, em 2021, demonstrou-se superior às previsões anteriores de observadores internacionais, como o FMI (4,9%) e a OCDE (4,5%), e até mesmo do Banco da Espanha (4,5%).

O ano de 2022 também demonstrou que o país estava em plena retomada. A variação do PIB (+5,8%) foi ligeiramente menor que o ano anterior (decréscimo de 0,6%) e o setor que apresentou incremento foi o da indústria (4%). Outros setores registraram ligeira queda: construção (-6%), agricultura e pesca (-8%) e serviços (-0,1%).

Em 2023, conforme atestam dados do INE, o país apresentou variação do PIB de 2,5%, apresentando uma redução de 3,3% com respeito ao ano anterior (2022). Ainda assim, o crescimento de 2,5% registrado pelo PIB espanhol em 2023 foi muito superior ao registrado pelo conjunto da zona do Euro e por outras grandes economias: Alemanha (-0,3%), França (+0,7%) e Itália (+0,9%), sendo semelhante ao registrado pelos EUA.

Em 2024, a Espanha apresentou crescimento do PIB de 3,2%, de acordo com dados do INE. O crescimento destaca-se na comparação com parceiros da União Europeia, havendo as demais maiores dez economias do bloco experimentado, em sua maioria, crescimento modesto, de até 1,2%, ou mesmo retração. Em conjunto, os países do bloco encerraram 2024 com crescimento de 1,0%, enquanto a zona do Euro teve desempenho levemente inferior, de 0,9%.

O setor de serviços segue como principal motor da economia espanhola, contribuindo com 69% do produto interno, seguido pela indústria, com 14% (respondendo a manufatura, isoladamente, por 11%). Embora menos representativo na economia nacional, o setor de agropecuária e pesca experimentou o maior crescimento em 2024 (de 8,5%).

Para 2025, o governo espanhol projeta crescimento do PIB de 2,7%, enquanto o Banco de Espanha estima 2,6%; o BBVA, 2,8%; e o CaixaBank, 2,5%, refletindo a expectativa de desaceleração global e potenciais impactos de disputas comerciais e guerra tarifária desencadeada pelos Estados Unidos. Dentre os principais desafios para a economia espanhola, persiste o déficit habitacional, com demanda crescente por moradias em áreas urbanas, o que tem pressionado os preços imobiliários, influenciados, ainda, por fatores que contribuem para o bom desempenho da economia, como o turismo e o fluxo migratório positivo.

A situação fiscal espanhola continua sendo um desafio, apesar da recuperação econômica. Em 2020, o déficit fiscal elevou-se a 11,3% do PIB, enquanto a dívida pública alcançou patamar histórico de 117,1% do produto nacional. Esse patamar estabilizou-se em 113% nos anos seguintes, o que ainda é considerado alto. Em 2024, calcada no expressivo crescimento do PIB, a relação dívida-PIB situou-se em 101,8%, significativamente abaixo dos 105,1% do ano anterior, superando as expectativas do próprio Ministério da Economia e do Banco de Espanha de encerrar o ano

com a relação entre 105,1 e 105,8%. O ano de 2024 foi o quarto consecutivo de queda nessa relação, após pico de 119,9% vivenciado em 2020, motivado pelo financiamento do pacote de medidas para combate aos efeitos da pandemia da COVID-19. Embora ainda não tenha alcançado os patamares pré-pandêmicos de 97,1%, em 2018, e de 95,5% em 2019, o resultado atesta o cumprimento da primeira meta do plano de ajuste fiscal, apresentado a Bruxelas em outubro último, de teto da dívida em 102,5% do PIB em 2024, além de aproximar a Espanha do cumprimento da meta para 2025, de 101,4%.

O déficit público espanhol voltou a regredir em 2024, alcançando 44,6 bilhões de euros, ou 2,8% do PIB, o menor índice registrado desde a eclosão da pandemia. A redução do déficit, aliada ao expressivo crescimento do PIB, resultou em enquadramento dentro do limite de 3% estipulado pela União Europeia, aliviando o risco de que o país fosse submetido a sanções comunitárias. Cabe recordar que o controle dos limites pela Comissão Europeia havia sido relaxado após a pandemia, enquanto os países membros do bloco buscavam reavivar suas economias. No último ano, mesmo com a retomada da rigidez, a UE absteve-se de sancionar a Espanha, considerando que o resultado de 2023 (3,5%) aproximava-se suficientemente do limite e refletia o êxito do Executivo espanhol no controle de despesas, caracterizado pela expressiva redução já então alcançada, frente aos 4,6% de 2022 e 6,7% de 2021.

Com expansão capitaneada pelo setor de serviços, o mercado de trabalho espanhol gerou quase meio milhão de novas vagas em 2024, que, embora abaixo das 750 mil criadas em 2023, levaram a taxa de desemprego a patamares inferiores a 11%, pela primeira vez em 16 anos. As taxas de desemprego da Espanha permanecem, contudo, entre as maiores da Europa, restando longo caminho a ser percorrido para que se aproximem das médias da UE e da zona do Euro, de 6,1 e 6,6%, respectivamente.

Após três trimestres sucessivos de queda no índice, o desemprego apresentou alta significativa no primeiro trimestre de 2025, alcançando 11,4%, frente aos 10,6% do final de 2024. O crescimento no índice entre trimestres, de 0,75%, corresponde ao número mais elevado desde 2013. Deve-se ressaltar, contudo, que, na Espanha, tem sido registrado crescimento nas taxas de desemprego no primeiro trimestre de cada ano, com apenas uma exceção em mais de duas décadas da série histórica. Essa tendência decorre da importância da atividade turística para a economia espanhola, com seu caráter sazonal, sendo o período marcado pelo encerramento das festividades de inverno.

A inflação, por sua vez, mostrou-se relativamente controlada, tendo encerrado 2024 em 2,8%, marginalmente abaixo dos 2,9% previstos pelo Banco de Espanha em seu relatório de setembro e dos 3,5% observados no ano anterior. Em que pese o crescimento em relação aos 2,4% aferidos em novembro, os números são expressivos quando comparados aos de 2022, quando se mantiveram acima de 6% durante praticamente todo o ano.

No setor externo, as exportações de bens somaram EUR 384,4 bilhões em 2024, com pequena alta de 0,2% em relação a 2023. As importações, por seu turno, tiveram leve aumento interanual de 0,1%, totalizando EUR 424,7 milhões. O déficit, assim, reduziu-se a EUR 40,2 milhões. Os setores que registraram maior superávit foram alimentos, bebidas e tabaco, automotivo e semimanufaturados.

Em janeiro de 2025, a balança de pagamentos apresentou superávit de EUR 45,3 bilhões na conta corrente ao longo de 12 meses, ressaltando a capacidade de financiamento da economia espanhola, mesmo em cenário de incertezas globais. O saldo positivo foi impulsionado pelo turismo, que continua a ser um motor da economia espanhola (ultrapassando 12% do PIB). Não obstante os resultados positivos, a

conta financeira registrou déficit significativo, com saldo negativo de EUR 21 bilhões em janeiro, refletindo alta nos passivos financeiros, especialmente no setor bancário.

O fluxo de Investimento Estrangeiro Direto na Espanha, em 2024, apresentou movimento complexo: o país recebeu EUR 36,8 bilhões em investimentos brutos (sendo EUR 12,2 bilhões provenientes do Reino Unido, EUR 6,1 bilhões, dos Estados Unidos e EUR 2,3 bilhões, da França). Os desinvestimentos sofridos, por outro lado, atingiram EUR 14,05 bilhões, resultando em saldo líquido de EUR 22,75 bilhões.

No que diz respeito aos investimentos externos espanhóis, foram registrados EUR 31,8 bilhões em 2024, com destaque para Estados Unidos (EUR 7,7 bilhões) e Reino Unido (EUR 4,2 bilhões). A América Latina permaneceu relevante, com o México recebendo EUR 3 bilhões. O Brasil, tradicional parceiro espanhol, registrou valor bruto de EUR 685,48 milhões no período, com destaque para projetos em infra-estrutura, energia e telecomunicações.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DA ESPANHA

Ano	Evento
1873	Proclamação da Primeira República Espanhola
1888	Fundação da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista Operário Espanhol
1898	Guerra Hispano-Americana, perda para os EUA dos territórios de Cuba e das Filipinas
1914	Neutralidade espanhola na I Guerra Mundial
1923	Início da ditadura do General Primo de Rivera (até 1930)
1931	Proclamação da Segunda República Espanhola, em 12 de abril

1936	Início da Guerra Civil Espanhola (até 1939), conflito entre nacionalistas e republicanos
1939	Início do governo do General Francisco Franco (até 1975)
1939	Início da II Guerra Mundial. A Espanha permanece neutra
1945	Fim da II Guerra Mundial; a Espanha tem seu ingresso negado pela ONU
1955	Admissão da Espanha na ONU
1960	Fase de crescimento econômico, com expansão do turismo e entrada de divisas de emigrantes
1960	Surgimento de grupos como o ETA e o FRAP
1962	Espanha solicita sua entrada no Mercado Comum Europeu
1973	Assassinato do Presidente de Governo, Luis Carrero Blanco, pelo ETA
1975	Morte do General Francisco Franco, em 20 de novembro
1975	Início da transição da Espanha para a democracia (até 1982), com a coroação do Rei Juan Carlos I
1975	Adolfo Suárez é designado Presidente de Governo pelo Rei Juan Carlos
1978	Promulgação da Constituição democrática (ainda em vigor)
1982	Eleição de Felipe González, do PSOE, à Presidência de Governo
1986	Adesão da Espanha à Comunidade Econômica Europeia
1996	Partido Popular (PP) vence as eleições gerais, liderado por José María Aznar
1999	Adesão da Espanha à União Econômica e Monetária Europeia
2000	Eleições gerais: maioria absoluta do PP. Aznar continua à frente do Governo
2002	Entra em vigor o euro como moeda única europeia
2003	Aznar apoia a invasão do Iraque e envia tropas espanholas para combate na região
2004	Série de atentados terroristas em Madri mata 191 pessoas

2004	PSOE ganha as eleições e José Luis Rodríguez Zapatero torna-se Presidente da Espanha
2004	Zapatero toma, como primeira medida de seu governo, a retirada das tropas espanholas do Iraque
2006	ETA anuncia cessar-fogo permanente em toda região espanhola
2007	Atentado a bomba põe fim às negociações entre os separatistas e o governo de Madri
2008	Zapatero é reeleito à Presidência de Governo, em eleições em que tanto o PSOE quanto o PP logram aumentar seu número de deputados
2010	Espanha preside a UE no primeiro semestre, quando divide pela primeira vez as decisões da Presidência com as instâncias europeias
2010	ETA apresenta novo cessar-fogo, após período de intensa repressão policial, na Espanha e na França
2010	Governo empreende reformas trabalhista, previdenciária, financeira e do sistema de bancos; média nacional de desemprego chega a 20%
2011	ETA anuncia o fim do uso da violência (20/10)
2011	Eleições nacionais vencidas pelo PP. Posse de Mariano Rajoy como novo Presidente de Governo (21/12)
2014	O Rei Juan Carlos I abdica em favor de seu filho, Felipe VI
2018	Aprovada moção de censura contra o governo presidido por Mariano Rajoy. Assume o socialista Pedro Sánchez Pérez-Castejón em voto de confiança do Congresso dos Deputados (junho)
2019	Eleições nacionais vencidas pelo PSOE (abril). Pedro Sánchez, candidato à presidência de Governo pela agremiação, não obtém o voto de confiança do Congresso (setembro)
2019	Novas eleições nacionais vencidas pelo PSOE com maioria simples (novembro). PSOE encabeça o primeiro governo de coalizão desde a Segunda República.
2020	Pedro Sánchez toma posse como Presidente de Governo (janeiro)

2020	Pandemia de COVID-19 provoca mais de 80.000 mortes na Espanha e infecta aproximadamente 10% da população até o mês de novembro.
2020	Primeira moção de censura contra o governo liderado por Pedro Sánchez, apresentada por Santiago Abascal (VOX). Sem obter maioria absoluta, a moção é rejeitada pelo Congresso dos Deputados (21 a 22 de outubro)
2023	Segunda moção de censura contra o governo liderado por Pedro Sánchez, apresentada por Santiago Abascal (VOX). Sem obter maior absoluta, a moção é rejeitada pelo Congresso dos Deputados (21 a 22 de março)
2023	Desgastado pelos resultados adversos das eleições regionais e municipais de 2023 (XIV Legislatura), Pedro Sánchez anuncia, para surpresa de muitos, em 29 de maio, a dissolução das Cortes e a convocação antecipada de eleições gerais para 23 de julho.
2023	Nas eleições de 23 de julho, o PP obtém maioria simples no Congresso dos Deputados e maioria absoluta no Senado, mas não logra conquistar base de apoio suficiente para formar Governo. Em 16/11/2023, Pedro Sánchez, após extensa rodada de negociações, é uma vez mais empossado como presidente de Governo (XV Legislatura), graças ao voto favorável de ampla coalizão de partidos, com destaque para os de vertente independentista.
2024	Aprovação, em 30 de maio (em vigor desde 10 de junho) de Lei de Anistia que isenta de punição delitos cometidos entre 1º de novembro de 2011 e 13 de novembro de 2023 no âmbito de processo de tentativa de independência da Catalunha.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1834	A Espanha reconhece a independência do Brasil
1880	Década em que se inicia a imigração espanhola oficial em grande escala
1890	Reconhecimento da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Governo da Espanha
1933	A Legação do Brasil na Espanha é elevada à categoria de Embaixada

1936-40	Nova onda de imigração espanhola para o Brasil
1962	Inauguração da Casa do Brasil em Madri, do Colégio Maior Universitário na Universidade Complutense e do Centro Cultural brasileiro
1988	Assinatura do Tratado de Extradição entre Brasil e Espanha
1989	Assinatura do Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil
1991	Assinatura do Convênio de Seguridade Social
1996	Assinatura do Tratado sobre Transferência de Presos
2001	Início das atividades da Fundação Cultural Hispano-Brasileira, destinada à divulgação e promoção da cultura brasileira na Espanha
2003	Visita do Presidente Aznar ao Brasil. Assinatura do "Plano de Parceria Estratégica" entre Brasil e Espanha, durante a Cúpula Ibero-Americana em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia
2005	Assinatura da "Declaração de Brasília sobre a Consolidação do Plano de Parceria Estratégica", por ocasião da visita do Presidente do Governo José Luis Rodríguez Zapatero ao Brasil
2007	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita oficial à Espanha.
2008 (maio)	Presidente de Governo José Luis Zapatero realiza visita oficial ao Brasil
2008 (outubro)	Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita à Espanha (Toledo e Madri)
2010	Assinatura do Acordo de Cooperação no âmbito da Defesa
2011	Início de programa de bolsas para alunos do Prouni na Universidade de Salamanca, para curso de graduação
2012 (junho)	Rei Juan Carlos, acompanhado do Ministro García-Margallo e de empresários espanhóis, visita o Brasil
2012 (novembro)	Presidenta Dilma Rousseff visita a Espanha. Firmada a Declaração Presidencial Conjunta de Madri, que estabelece, entre outros, Grupo de Trabalho bilateral sobre cooperação industrial para a defesa.
2015 (abril)	Vice-Presidente Temer visita a Espanha.

2016 (setembro)	Presidente Temer encontra-se com o Presidente de Governo Rajoy à margem da Reunião do G-20 em Hangzhou, China.
2016 (novembro)	Chanceler Serra visita a Espanha, onde participa de Seminário sobre Oportunidades de Investimentos no Brasil, e, entre encontros com outras altas autoridades, entrega ao Rei Felipe VI e ao Presidente de Governo Mariano Rajoy convites do Presidente Temer para que visitem o Brasil.
2017	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab, visita a Espanha.
2017	Visita do Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy, ao Brasil (24 e 25 de abril)
2018	Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira à Espanha (Madri, 11 de outubro)
2019	A Presidente do Congresso dos Deputados da Espanha, Ana Pastor, esteve no Brasil para a posse do Presidente Jair Bolsonaro (janeiro)
2019	O Ministro do Turismo, Marcelo Henrique Teixeira Dias, visita Madri (maio de 2019)
2019	O Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), Marcos Pontes, visita a Espanha
2020	O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia realiza viagem oficial à Espanha (26 de fevereiro a 2 de março)
2021	Visita da Ministra Arancha González a Brasília.
2022	Visita do Ministro Carlos França à Espanha (Madri, 2-4 de fevereiro)
2022	Visita do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Espanha (Madri, 30 de março)
2022	Visita ao Brasil da Vice-Presidenta e Ministra do Trabalho, Migração e Previdência Social, Yolanda Díaz (30 de março a 1º de abril)
2022	Visita do Diretor do Instituto Cervantes, Luis García Montero, ao Rio de Janeiro e a Salvador (20 a 23 de junho)
2022	Visita do Vice-Presidente Hamilton Mourão à Espanha (Madri, 07 a 11 de junho)
2022	Visita do Ministro de Ciência, Tecnologia e Informações, Paulo Alvim, à Espanha (Madri, 6 a 10 de junho)

2022	Visita do Ministro da CGU, Wagner Rosario, à Espanha (Madri, 19-22 de junho)
2022	Visita do Ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio Cunha Filho à Espanha (Madri, 03 a 06 de julho)
2023	Participação do Rei Felipe VI e do Ministro de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação, José Manuel Albares, na cerimônia de posse presidencial (1º a 2 de janeiro)
2023	Visita ao Brasil da Vice-Presidenta e Ministra do Trabalho, Migração e Previdência Social, Yolanda Díaz, ao Brasil. (31 de dezembro de 2022 a 02 de janeiro de 2023)
2023	Visita da Ministra do Turismo, Daniela Carneiro, à Espanha (Madri, 03 de março)
2023	Visita oficial do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva, à Espanha (Madri, 25 a 26 de abril), acompanhado dos Ministros de Relações Exteriores, Mauro Vieira, da Educação, Camilo Santana, do Trabalho, Luiz Marinho, de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, da Saúde, Nísia Trindade, da Igualdade Racial, Anielle Franco.
2023	Visita da Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, à Espanha (Madri, 08 a 09 de maio)
2023	Visita da Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, à Espanha (Madri, 15 a 16 de setembro)
2023	Visita da Secretária de Estado do Comércio, Xiana Méndez, ao Brasil (30 a 31 de março)
2024	Visita do Ministro do Turismo, Celso Sabino, à Espanha (Madri, 24 de janeiro)
2024	Visita da Secretária-Geral do Tesouro e Finanças Internacionais do Ministério da Economia, Paula Conthe, ao Brasil (São Paulo, 28 de fevereiro)
2024	Visita oficial do Presidente de Governo Pedro Sánchez Pérez-Castejón, ao Brasil (Brasília e São Paulo, 6 a 7 de março)
2024	Visita do Presidente do Tribunal Constitucional, Candido Conde Pumpido, ao Brasil no contexto da presidência brasileira do G-20 (Rio de Janeiro, 13 a 15 de maio)
2024	Visita da Secretária-Geral de Pesquisa do Ministério da Ciência, Inovação e Universidades, Eva Ortega, ao Brasil (São Paulo, 03 a 04 de junho)
2024	Visita da Secretária de Estado para a Ibero-América, o Caribe e o Espanhol no Mundo, Susana Sumelzo Jordán, ao Brasil (05 a 06 de junho)

2025	Reunião inaugural da Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha, em Madri, com a presença do Ministro Mauro Vieira (17 de fevereiro)
------	--

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data da celebração	Status da tramitação
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério de Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação do Reino da Espanha sobre Cooperação Esportiva	07/05/2021	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento da Comissão Permanente Bilateral entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Assuntos Exteriores, União Europeia e Cooperação do Reino da Espanha	07/05/2021	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e a Escola Diplomática do Ministério dos Assuntos Exteriores e de Cooperação do Reino da Espanha	24/04/2017	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas	15/04/2015	Em Vigor
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais.	23/08/2013	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Acordo Complementar de Revisão do Convênio de Seguridade Social Firmado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	24/07/2012	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Criação de um Programa Conjunto de Cooperação Triangular	26/05/2011	Tramitação MRE
Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	03/12/2010	Em Vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Realização de Atividades de Cooperação Técnica com Terceiros Países	04/08/2009	Em Vigor
Plano de Ação em Ciência e Tecnologia entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	07/02/2008	Em Vigor
Acordo, por troca de Notas, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha para o Reconhecimento Recíproco e a Troca das Carteiras de Habilitação Nacionais	17/09/2007	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e do Reino da Espanha relativo à Segurança de Informações Sigilosas	17/09/2007	Substituído
Memorando de Entendimento com Vistas à Celebração do "Festival de Cultural Brasileira na Espanha" e do "Festival de Cultura Espanhola no Brasil"	17/09/2007	Em Vigor
Acordo sobre o Livre Exercício de Atividades Econômicas Remuneradas por Parte de Familiares de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares	17/09/2007	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais	17/09/2007	Em Vigor
Convênio entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Cooperação em Matéria de Combate à Criminalidade	25/06/2007	Em Vigor
Termo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha para a Implementação do Projeto "Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti"	30/11/2006	Em Vigor
Acordo de Cooperação e Auxílio Jurídico em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	22/05/2006	Em Vigor

Ajuste Complementar, por troca de Notas, entre o Brasil e a Espanha ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 13/04/89, para o Estabelecimento de um Programa de Capacitação Profissional a ser Realizado em Centross de Formação da Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) na América Latina e Espanha.	24/01/2005	Em Vigor
Protocolo de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Agricultura, Pesca e Alimentação da Espanha na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal e outros Temas Agrícolas de Interesse Mútuo	24/01/2005	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha sobre Cessão de Tecnologia Turística	24/01/2005	Em Vigor
Protocolo de Colaboração em Matéria de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	24/01/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento no Âmbito Educacional entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação e Ciência do Reino da Espanha	24/01/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Meio Ambiente do Reino da Espanha sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima para o Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	24/01/2005	Expirado
Declaração de Brasília sobre a Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-Espanha	24/01/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento	18/11/2004	Em Vigor
Plano de Parceria Estratégica Brasil - Espanha	14/11/2003	Em Vigor
Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha de 16 de maio de 1991	14/05/2002	Em Ratificação

Programa de Cooperação Brasil-Espanha para o Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-Sustentado da Região Semi-Árida Brasileira.	19/02/2002	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha em Matéria de Prevenção do Consumo e Controle do Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	11/11/1999	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo à Realização da Terceira Edição do Curso de Especialização Ibero-Americano em Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências.	14/05/1998	Em Vigor
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	18/04/1997	Em Vigor
Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	07/11/1996	Em Vigor
Acordo Econômico entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, Integrante do Tratado Geral de Cooperação e Amizade Brasil-Espanha.	23/07/1992	Expirado
Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	23/07/1992	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, para Modificação do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares de 28 de novembro de 1949, conforme Aprovado na Ata Final da XIII Reunião de Consulta Aeronáutica Bilateral, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha.	31/10/1991	Em Vigor
Memorando sobre Operações de Interesse para os Dois Países, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	17/05/1991	Em Vigor
Ata que Estabelece as Bases de um Tratado Geral de Cooperação e Amizade entre o Brasil e a Espanha.	17/05/1991	Em Vigor
Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	16/05/1991	Em Vigor

Acordo, por Troca de Notas Verbais, para a Modificação do Regime Operacional do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 28 de novembro de 1949, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	02/10/1989	Em Vigor
Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.	13/04/1989	Em Vigor
Convênio Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica e Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	13/04/1989	Em Vigor
Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Realização de Obras Previstas no Estudo de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa - Protocolo Anexo ao Convênio de Cooperação para João Pessoa, Correspondente ao Financiamento de Obras para o Ano de 1988.	26/04/1988	Em Vigor
Tratado de Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	02/02/1988	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	16/06/1987	Em Vigor
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a Realização de Programa de Especialização em Engenharia de Irrigação.	09/04/1987	Em Vigor
Convênio de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para Realização do Estudo de Revitalização da Cidade de João Pessoa, Paraíba.	09/04/1987	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo Cultural de 25 de junho de 1960 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	01/02/1985	Superado
Convênio de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha Fitossanitária.	12/04/1984	Em Vigor

Convênio Zoossanitário entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal.	12/04/1984	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para a Implementação de um Programa no Campo Social e do Trabalho.	12/04/1984	Expirado
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha ao Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica no Campo da Pesquisa Agropecuária	12/04/1984	Em Vigor
Acordo sobre Radioamadorismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	12/04/1984	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	12/05/1983	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha que Cria um Grupo de Trabalho Específico para a Cooperação nos Setores Agrícolas, Pecuário, Florestal, Pesqueiro e Agroalimentar.	18/01/1983	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha, de 01 de abril de 1971, na Área de Engenharia de Irrigação (SUDESUL/IRYDA).	25/08/1982	Expirado
Ajuste Administrativo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha para Aplicação do Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social Brasil-Espanha.	05/11/1981	Em Vigor

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha Assinado pelos Ministros do Trabalho do Brasil e da Espanha, por Ocasião da Visita da Delegação Brasileira a Madrid, Presidida pelo Ministro do Trabalho do Brasil, nos dias 15 e 16 de dezembro de 1980.	16/12/1980	Em Vigor
Ajuste, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha em Matéria de Desenvolvimento Agrário.	24/09/1980	Em Vigor
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha ao Convênio Básico de Cooperação Técnica e ao Acordo Cultural entre o CNPq e o Conselho Superior de Pesquisas Científicas da Espanha	22/04/1980	Em Vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 25 de abril de 1969	05/03/1980	Substituído
Entendimento sobre Mecanismo de Consulta entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha	07/08/1979	Em Vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta contra as Secas, de 23 de outubro de 1974, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	12/05/1977	Em Vigor
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta contra as Secas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	23/01/1976	Em Vigor
Convenção entre a República Federativa do Brasil e o Estado Espanhol Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/11/1974	Em Vigor
Acordo Complementar de Cooperação Técnica no Campo da Irrigação e da Luta contra as Secas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	23/10/1974	Em Vigor

Ajuste Administrativo para a Execução do Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social de 11 de agosto de 1964 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	06/04/1972	Substituído
Acordo Modificativo do Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social de 11/08/64 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	06/04/1972	Substituído
Acordo sobre Higiene e Sanidade Veterinárias entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha.	23/09/1971	Em Vigor
Declaração Conjunta Brasil-Espanha.	01/04/1971	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha para a Aprovação do Convênio Assinado entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações e a Companhia Telefônica Nacional da Espanha.	01/04/1971	Em Vigor
Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	01/04/1971	Expirado
Acordo para Compra de Locomotivas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha.	28/11/1969	Expirado
Ajuste Modificativo do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha	20/06/1969	Expirado
Ajuste Complementar ao Convênio de Cooperação Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha de 11 de agosto de 1964.	25/04/1969	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha de 25 de abril de 1969.	25/04/1969	Substituído
Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha.	25/04/1969	Substituído
Acordo de Cooperação sobre Utilização da Energia Atômica para Fins Pacíficos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	27/05/1968	Expirado

Protocolo de Cooperação Técnica Brasileiro-Espanhola entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	10/10/1967	Expirado
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	12/08/1965	Em Vigor
Convênio de Cooperação Social entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	11/08/1964	Substituído
Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	02/12/1963	Em Vigor
Declaração Econômica Conjunta do Grupo Misto Hispano-Brasileiro de Cooperação Industrial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	28/01/1963	Em Vigor
Troca de Notas Relativas ao Acordo Comercial e de Pagamentos de 24 de julho de 1952 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Estado Espanhol.	16/11/1961	Expirado
Acordo para Criação de um Grupo Misto de Cooperação Industrial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	16/05/1962	Em Vigor
Ajuste sobre Livre Cotação das Duas Moedas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	16/05/1962	Em Vigor
Ajuste sobre o Regime de Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	16/05/1962	Em Vigor
Ajuste sobre o Intercâmbio Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	16/05/1962	Em Vigor
Ajuste sobre Pagamentos de Navios entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Estado Espanhol	24/02/1962	Expirado
Troca de Notas Relativas ao Acordo Comercial e de Pagamentos de 24 de julho de 1952.	16/11/1961	Expirado
Declaração Econômica Conjunta dos Governos da Espanha e dos Estados Unidos do Brasil	20/05/1961	Em Vigor
Acordo de Migração entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Estado Espanhol	27/12/1960	Substituído

Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Espanha	13/10/1960	Em Vigor
Acordo Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	25/06/1960	Em Vigor
Prorrogação do Ajuste Comercial de 24 de julho de 1952 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	30/03/1960	Substituído
Prorrogação do Prazo de Validade do Ajuste de Comércio de 24 de julho de 1952 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	30/12/1954	Substituído
Acordo de Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	24/07/1952	Expirado
Acordo, por Troca de Notas, Modificando o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	07/07/1952	Em Vigor
Ajuste Comercial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha	24/06/1952	Substituído
Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha	23/06/1951	Superado
Acordo Administrativo entre o Brasil e a Espanha por Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais, por Via Aérea	23/06/1951	Em Vigor
Acordo sobre Malas Diplomáticas Aéreas	23/06/1951	Em Vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da Espanha.	28/11/1949	Em Vigor
Ajuste Comercial Provisório os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Espanha	15/09/1936	Expirado
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Espanha.	31/12/1925	Denunciado
Acordo Comercial Provisório entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Espanha	29/02/1924	Substituído
Acordo Administrativo entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Espanha para Troca de Correspondência em Malas Especiais.	28/05/1919	Em Vigor
Convenção de Arbitramento entre os Estado Unidos do Brasil e o Reino de Espanha	08/04/1909	Em Vigor

Troca de Notas Determinando o Regime Aplicado às Heranças dos Súditos Respectivos entre o Império do Brasil e o Reino da Espanha	23/08/1889	Expirado
Convenção sobre Atribuições Consulares entre o Império do Brasil e o Reino da Espanha.	15/06/1878	Denunciado
Tratado de Extradicação entre o Império do Brasil e o Reino da Espanha	16/03/1872	Denunciado
Declarações Relativas à Convenção entre o Senhor D. Pedro II Imperador do Brasil e o regente do Reino de Espanha para Regular a Troca de Correspondência de 21 de janeiro de 1870.	29/04/1870	Expirado
Convenção entre o Senhor D. Pedro II Imperador do Brasil e o regente do Reino da Espanha para Regular a Troca de Correspondência	21/01/1870	Em Vigor
Convenção para Regular Direitos, Privilégios e Imunidades Recíprocas dos Cônsules, Vice-Cônsules e Chanceleres e as Funções e Obrigações a que Ficam Respectivamente Sujeitos nos dois Países entre o Império do Brasil e o Reino da Espanha.	09/02/1863	Denunciado

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ANDORRA



OSTENSIVO
09 de maio de 2025

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Principado de Andorra
GENTÍLICO	Andorrano (a)
CAPITAL	Andorra-a-Velha
ÁREA	467,63 km ²
POPULAÇÃO (2023)¹:	80.856 mil habitantes
LÍNGUA OFICIAL:	Catalão
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (88,2%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Democracia parlamentar
PODER LEGISLATIVO:	Parlamentarismo Unicameral (Conselho Geral, com 28 membros)
CHEFE DE ESTADO:	Co-príncipes: Arcebispo Joan-Enric Vives i Sicilia (desde maio de 2003); representado por Josep Maria Mauri (desde julho de 2012); e Emmanuel Macron (desde maio de 2017), representado por Patrice Faure (desde novembro de 2024)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Xavier Espot Zamora (desde 16 de maio de 2019)
CHANCELER:	Imma Tor Faus (desde maio de 2023)
PIB nominal (2023)³	US\$ 4,04 bilhões
PIB PPC (2024)³	US\$ 6,14 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2024)³	US\$ 46.360
PIB PPC <i>per capita</i> (2024)³	US\$ 70.500
VARIAÇÃO DO PIB¹	2,6% (2023); 9,6% (2022); 8,3% (2021); -11,2% (2020); 2% (2019); 1,6% (2018); 0,3% (2017); 3,7% (2016)
IDH (2020)²:	0,868 (36 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)¹	84 anos
ALFABETIZAÇÃO:	n.d.
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2025)³:	1,6%
UNIDADE MONETÁRIA:	euro
BRASILEIROS NO PAÍS:	Cerca de 300

Fontes: (1) Banco Mundial; (2) PNUD; (3) FMI

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil FOB)								
Brasil → Andorra	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Jan.-abr./2025
Intercâmbio	393	2.055	228,8	231,4	50,09	540,2	179,1	71,3
Exportações	382	2.042	202	144,4	38	72,8	109,6	16,3
Importações	10	11,4	26,8	87	12,09	467,4	69,5	55
Saldo	372	2.032	175,2	57,3	25,91	-394,6	40,1	-38,7

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

PERFIS BIOGRÁFICOS

COPRÍNCIPE, ARCEBISPO JOAN-ENRIC VIVES I SICILIA



Nasceu em 1949, em Barcelona. Em 1965 ingressou no Seminário, onde estudou Humanidades, Filosofia e Teologia. Foi ordenado sacerdote em 1974, tendo-se tornado posteriormente Bispo Auxiliar de Barcelona, em 1993. Foi nomeado pelo papa João Paulo II como bispo coadjutor de Urgel em 2001. Após dois anos, tornou-se bispo de Urgel e, portanto, copríncipe de Andorra.

COPRÍNCIPE, EMMANUEL JEAN-MICHEL FRÉDÉRIC MACRON



Nasceu em 1977, em Amiens. Estudou Filosofia na Universidade de Nanterre e concluiu Mestrado em Relações Públicas na Sciences Po. Formou-se na École Nationale d'Administration (ENA) em 2004. Trabalhou como funcionário público superior na Inspeção Geral de Finanças, e mais tarde, tornou-se banqueiro de investimento na Rothschild & Cie Banque. Macron foi nomeado vice-secretário-geral do presidente por François Hollande em 2012 e ministro da Economia, Indústria e Assuntos Digitais em 2014. Em 2017, aos 39 anos, Macron tornou-se o presidente mais jovem da história da França. Em 2022, foi reeleito para novo mandato de cinco anos.

PRIMEIRO-MINISTRO, XAVIER ESPOT ZAMORA



Nasceu em 1977, em Andorra. Graduou-se em Direito e Filosofia. Atuou predominantemente na área jurídica, tendo sido Secretário Judicial de Andorra entre 2004 a 2008. Também possui experiência jurídica em tribunais da França e da Espanha. Em 2011, tornou-se Secretário da Justiça e do Interior de Andorra, e em 2012 foi nomeado Ministro do Interior, no Governo de Antoni Martí (2015-2019, do partido Democratas por Andorra). Em 2015, acumulou a pasta de Ministro de Assuntos Sociais. É líder do partido Democratas por Andorra (centro-direita) desde dezembro de 2018. Sua agremiação venceu as eleições

parlamentares de 2019 e 2023. Exerce a chefia do Governo andorrano desde maio de 2019.



MINISTRA DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, IMMA TOR FAUS

Nascida em Sant Julià de Lòria em 1966, Imma Tor Faus é catedrática em Língua e Literatura Francesas pelas universidades de Toulouse e Paris - Sorbonne. Iniciou sua vida profissional no magistério e diplomou-se em Relações Internacionais pelo Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos (CEDS) de Paris. Sua trajetória diplomática teve início em 1998, em Estrasburgo, como representante permanente de Andorra junto ao Conselho da Europa (1998-2004). Posteriormente, atuou em Paris como embaixadora de Andorra na França (1999-2007), delegada permanente junto à UNESCO (2004-2007) e representante do chefe de governo para a Francofonia (2004-2008). Chefiou a Missão de Andorra em Bruxelas junto à União Europeia, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Eslovênia e Alemanha entre 2007 e 2010. É ministra dos Negócios Estrangeiros de Andorra desde maio de 2023.

APRESENTAÇÃO

O Principado de Andorra é um país europeu localizado na cordilheira dos Pirineus, entre o nordeste da Espanha e o sudoeste da França. Com território de 467,63 km², Andorra é o sexto menor país da Europa, maior apenas que Malta, Liechtenstein, São Marino, Mônaco e Vaticano. O principado é também o único país do mundo cuja única língua oficial é o catalão.

O país é conhecido como uma principalidade ou diarquia, devido ao papel honorário concedido aos dois Copríncipes: o Bispo de Urgel, na Espanha, e o Presidente da França. Seu Parlamento, conhecido como Conselho Geral, criado em 1419, é o mais antigo da Europa.

RELAÇÕES BILATERAIS

A partir do ingresso de Andorra na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1993, Brasil e Andorra passaram a manter diálogo político regular. A densidade das relações bilaterais é, contudo, modesta. Pode-se perceber nitidamente grande receptividade por parte das autoridades andorranas com vistas ao estreitamento dos vínculos com o Brasil. Os contatos, usualmente por meio da Embaixada de Andorra em Madri, favorecem diálogo fluido e cordial. Nesse sentido, as excelentes relações bilaterais resultaram em apoios andorranos a candidaturas brasileiras a cargos multilaterais, principalmente no âmbito do sistema ONU.

Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. Note-se, contudo, que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida.

Episódio de destaque nas relações entre Brasil e Andorra consistiu na visita do Ministro de Negócios Estrangeiros Gilbert Saboya Sunyé a Brasília, em abril de 2013, quando manteve contato com o então Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Tratou-se da primeira visita de chanceler andorrano ao país. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área do Turismo, com o intuito de encorajar o intercâmbio de turistas e os investimentos mútuos no setor, além do intercâmbio de especialistas e de troca de experiências e informações sobre turismo.

O então Presidente da República, Michel Temer, teve a oportunidade de saudar o então Chefe de governo do Principado, Antoni Petit, e sua esposa, durante a recepção por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016. Além disso, Petit encontrou-se com o então Vice-Presidente Temer por ocasião da Cúpula Ibero-americana de Veracruz, em 2014. Em 2016, o então Ministro do Turismo, Henrique Alves, manteve encontro com o Ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Fitur, em Madri, ocasião na qual a parte andorrana manifestou interesse em promover o turismo entre os brasileiros que visitam a Espanha todos os anos, tendo em vista a proximidade histórica e cultural de Andorra com a região da Catalunha.

Em 2018, o então Presidente da República, Michel Temer, manteve reunião com o Presidente de Governo andorrano à margem da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Antígua,

Guatemala, quando trataram da Secretaria Pro Tempore andorrana da Conferência Ibero-Americana (2019-2020).

A cooperação bilateral segue focada no âmbito consular, dado o elevado número de turistas brasileiros que anualmente chegam ao Principado, assim como o emprego de nacionais brasileiros na indústria do turismo sazonal de inverno. Andorra recebeu mais de 18 mil visitantes brasileiros em 2024 e quase 6 mil no primeiro bimestre deste ano, com aumento de cerca de 20% para o período.

Nesse contexto, em abril de 2018, foi transmitida Nota Verbal ao Ministério dos Assuntos Exteriores do Principado de Andorra, em que se informa sobre a publicação, no Diário Oficial da União de 2 de abril de 2018, da portaria de criação do Consulado Honorário em Andorra-a-Velha e da portaria de designação da senhora Maria Elena Redondo Torregrossa como Cônsul Honorária, que teve nomeação renovada, para período de mais quatro anos, em fevereiro de 2025.

No plano ibero-americano, Andorra tem participação ativa. Desde 2005, o país participa das reuniões de Cúpula Ibero-Americanas. Em 2016, a capital andorrana ostentou o título de Capital da Cultura Ibero-Americana e sediou a XXV Conferência Ibero-Americana de Ministros da Educação. Cumpre sublinhar a eleição de Andorra para assumir a Presidência Pro Tempore Ibero-Americana, por ocasião do encontro de chanceleres realizado, em dezembro de 2018, em Antígua, Guatemala. Desse modo, a capital Andorra-a-Velha sediou, em abril de 2021, a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

Na XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada na Ilha do Sal, em Cabo Verde (17-18/07/2018), foi atribuída a categoria de Observador Associado ao Principado de Andorra.

Em 25/11/2024, Andorra aderiu à iniciativa brasileira da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, lançada na última reunião do G20 no Rio de Janeiro (18-19/11/2024).

POLÍTICA INTERNA

As origens da organização estatal andorrana são baseadas no instituto do coprincipado e remontam ao século XIII, quando se estabeleceu espécie de "condomínio feudal" entre Roger Bernardo III de Foix e Pedro de Urtx. No século XV, foi criado um Conselho da Terra, formado por representantes das unidades administrativas ("paróquias"), instituição que evoluiu gradativamente até se converter no Parlamento (Conselho Geral) de Andorra, no século XIX. Inicialmente, a figura do Síndico Geral do parlamento concentrava atividades executivas e judiciais. Desde que Napoleão voltou a assumir a soberania sobre Andorra, após breve lapso de tempo em que a França a recusara, formalizou-se o condomínio entre França e a Sé de Urgel, razão pela qual, até os dias atuais, a chefia de Estado recai sobre o Presidente da República Francesa e o Bispo de Urgel. Em 1982, foi estabelecido o Conselho Executivo de Andorra, composto por um presidente e quatro ministros.

No contexto da modernização gradativa das instituições andorranas, aprovou-se por referendo popular, em 1993, a primeira Constituição escrita do país. O texto acordado assegura a soberania popular, inclusive por meio de iniciativa legislativa da população (desde que reunidas assinaturas de 10% dos habitantes) e limita a dois mandatos sucessivos a escolha do Síndico Geral (presidente do Conselho Geral), dos prefeitos e integrantes do Judiciário. A aprovação da Constituição coincide com o ingresso de Andorra nas Nações Unidas e seu reconhecimento internacional.

Segundo a Constituição de Andorra, os copríncipes são o símbolo e a garantia da permanência e da continuidade de Andorra, assim como de sua independência e do sustento do espírito de igualdade nas relações de equilíbrio com os Estados vizinhos. Embora as atribuições sejam, na prática, meramente protocolares, o texto constitucional estabelece que os copríncipes encarnam as funções de arbitrar e moderar o funcionamento dos poderes públicos e das instituições andorranas.

O país tem cerca de 80 mil habitantes, dos quais cerca de 50% são estrangeiros, oriundos, principalmente, de França, Espanha e Portugal.

Em abril de 2011, Antoni Martí Petit, líder do partido de centro-direita "Dèmocrates de Andorra" (DA), assumiu a chefia de governo do Principado, havendo sido reeleito, em março de 2015, para novo mandato de quatro anos. A reeleição de Martí Petit foi interpretada como voto de confiança do eleitorado andorrano em amplo processo de reformas iniciado por seu governo, decorrente dos efeitos da grave crise econômica que derivou da recessão espanhola entre 2008 e 2012. A bancada do partido governista, não obstante, reduziu-se em sete representantes em relação à legislatura anterior, quando detinha 22 assentos. A vitória do DA foi matizada pelo crescimento da agremiação "Liberals d'Andorra" (LdA), de orientação conservadora, que passou a ser a segunda força política do país, com oito deputados.

O então governo andorrano tinha os objetivos de consolidar a abertura do Principado ao exterior, ao identificar sete desafios a serem enfrentados pelo país: i) intercâmbio automático de informações tributárias; ii) soberania energética e sustentabilidade; iii) incremento da oferta educativa; iv) melhoria das comunicações com o exterior; vi) oferta cultural; e vii) associação com a União Europeia.

Em 2019, Petit dissolveu o Conselho Geral (Parlamento) e convocou eleições. O Decreto correspondente foi assinado pelos copríncipes, seguindo medida prevista no calendário eleitoral andorrano. Nas eleições, a chapa do então Ministro de Assuntos Sociais, Justiça e Interior, Xavier Espot Zamora, também pelo DA, foi exitosa com acordo de coalizão com as lideranças do LdA e do Cidadãos Comprometidos (CC), que ocupam Ministérios da atual administração. Nas eleições de 2019, o DA obteve 11 assentos, o LdA 4, o CC, 2 (totalizando 17 conselheiros na coalizão), o Partido Social-Democrata (oposição) 7, e a Terceira Via 4 (abstiveram-se na eleição do Chefe de Governo).

As últimas eleições parlamentares foram realizadas em 2 de abril de 2023, consignando a vitória do DA com 32,66% dos votos, face aos 21,43% obtidos pela atual segunda força no país, o “Concordia”, agremiação progressista formada em 2022 com vistas ao pleito, seguida de perto pelo mais antigo (2016) “Socialdemocràcia i Progrés d'Andorra” (SDP), com 21.05% dos sufrágios. A quarta posição coube ao “Andorra Endavant”, de direita, que obteve 16% dos votos, ao passo que a “Acció per Andorra” (AA), grupamento de centro formado em 2022 a partir de dissidentes do LdA, logrou atrair a simpatia de apenas 4,7% dos votantes. Do total de 28 assentos do Parlamento andorrano, 16 couberam ao DA, 5 ao “Concordia”, 3 ao SDP, 3 ao “Andorra Endavant” e 1 ao AA.

Com a vitória do DA, Xavier Espot viu-se reconduzido à chefia de governo por mais um mandato de quatro anos. Dentre os nomes do atual Gabinete, destaca-se o da ministra das Relações Exteriores Imma Tor Faus, que substituiu Maria Ubach i Font à frente da Chancelaria andorrana. Ao deixar o cargo, Ubach dirigiu carta ao ministro Mauro Vieira reafirmando o compromisso de Andorra com a defesa do multilateralismo e com um ordenamento internacional baseado em regras.

POLÍTICA EXTERNA

Andorra tornou-se membro pleno das Nações Unidas apenas em 1993. O país busca adequar-se paulatinamente ao amplo acervo de diplomas multilaterais. Andorra sublinha a importância do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Nº 4 (educação), declaradamente o eixo da diplomacia multilateral do Principado. Tem conferido ênfase, ainda, aos temas da mudança do clima, do respeito ao Direito Internacional, em especial do Direito Internacional Humanitário, e da preservação da diversidade cultural e linguística, defendendo, para tal, política externa denominada como de “neutralidade ativa”.

O país mantém excelentes relações com a Espanha, consubstanciadas em cerca de 40 acordos nos mais diversos setores e marcadas por frequentes visitas de alto nível. O então Presidente Rajoy visitou o país em 2015 - a primeira visita de um Chefe de Governo espanhol ao país.

Andorra está empenhada em concluir Acordo de Associação com a União Europeia (UE) que lhe permita aceder, sem barreiras, ao mercado comunitário, preservando, contudo, especificidades próprias. O país já assinou com o bloco instrumentos que regulam a participação andorrana na união aduaneira comunitária (1990), acordo monetário (2011), intercâmbio automático de informações em matéria fiscal (2014). Em 2016, foi firmado acordo sobre troca de dados sobre contas financeiras. O acordo de associação mais amplo teve suas origens em decisão do Conselho Europeu de dezembro de 2014, e teve sua assinatura recomendada pelo Parlamento europeu em 2019.

O modelo a que aspira o Principado está calcado no acordo alcançado por Liechtenstein no marco do Espaço Econômico Europeu. Novo acordo sobre fiscalidade entre Andorra e UE, que pretende coibir a evasão fiscal, cumpre um dos requisitos da pretendida Associação, dentro dos mesmos parâmetros utilizados nas negociações do bloco com Mônaco e San Marino. As negociações do Acordo de Associação, finalizadas em dezembro de 2023, durante a presidência espanhola do Conselho da UE, abarcam discussões sobre a liberdade de circulação - pessoas, mercadorias, serviços e capitais. A consecução do convênio é percebida como instrumental para atrair investimentos produtivos que contribuam à diversificação econômica do país.

Em maio de 2024, foram finalizados os trabalhos de revisão técnica e jurídica do projeto de Acordo de Associação, tornado público. A partir de então, teve início fase de tradução (às línguas oficiais da UE e ao catalão) e análise do texto por todas as partes envolvidas. O governo andorrano busca promover iniciativas voltadas à comunicação e à explicação do texto sob negociação à população local, considerando-se a consulta popular vinculante sobre o tema prevista para ocorrer em 2025.

Além da ONU, Andorra é membro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), do Tribunal Penal Internacional (TPI), da União Internacional de Telecomunicações (ITU), do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Turismo, da Organização de Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), e da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O país acedeu ao FMI como membro em 16 de outubro de 2020.

Andorra tem buscado manter "neutralidade ativa", posicionando-se sobre os principais conflitos internacionais contemporâneos ao condenar a

invasão da Rússia na Ucrânia e a situação em Gaza. Tem também defendido o respeito aos princípios do direito internacional e humanitário, bem como enfatizado seu compromisso com a luta contra a mudança climática, destacando sua liderança no cumprimento do Acordo de Paris e seu compromisso com a preservação de regiões montanhosas, cruciais para os recursos hídricos globais.

O governo de Andorra tem, ainda, defendido a valorização do multilinguismo como parte da identidade cultural andorrana, promovendo a diversidade linguística nos fóruns internacionais e apoiando iniciativas da ONU nesse sentido, bem como organizações de promoção da francofonia e as Cúpulas Ibero-americanas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O PIB nacional andorrano é em grande medida centrado no sistema financeiro e no turismo. O país adquiriu grande experiência e “know-how” na prestação de serviços turísticos, notadamente no inverno. Em 2023, Andorra superou o número de visitantes estrangeiros pré-pandemia, com o recorde histórico de 9 milhões, frente a 8 milhões em 2019. Seu foco é, sobretudo, voltado às estações de esqui e ao comércio de luxo. O Principado está incluído em circuitos esportivos como a Copa do Mundo de Esqui Alpino e o “Tour de France”.

As prioridades do governo andorrano consistem, em contexto dos planos de modernização da economia local, na construção de imagem de

transparência de seu sistema financeiro por meio de compromissos de intercâmbio automático de informações tributárias e acordos de bitributação. Em 2009, Andorra adotou normas de transparência bancária e fiscal ditadas pela OCDE, deixando de integrar a lista de paraísos fiscais da organização. A partir de então, Andorra firmou mais de vinte acordos bilaterais sobre intercâmbio de informação fiscal, bem como convênios para evitar bitributação.

Em 2018, entrou em vigor, uma das principais medidas legislativas com impacto sobre o modelo econômico andorrano: a lei de intercâmbio automático de informação em matéria fiscal. Trata-se de importante esforço de modernização da economia local, visando o reconhecimento internacional sobre a adequação da transparência do setor bancário local.

Com medidas que visam a maior transparência fiscal, associadas a uma tradição bancária de quase um século, com instituições financeiras com índices de solvência superiores a maioria das praças financeiras do mundo, Andorra tem experimentado importante dinamização em termos de investimentos recebidos do exterior.

Também foi implementado modelo de isenção tributária para determinados setores, como “ferramenta de competitividade fiscal”. Estima-se que 25% da mão-de-obra do país esteja isenta de pagamento de imposto sobre a renda, a maioria nos setores de hotelaria, comércio e estações de esqui. As sociedades andorranas são isentas de pagamentos de impostos sobre dividendos.

Em outubro de 2020, Andorra aceceu ao FMI como país-membro. Em maio de 2024, a Standard & Poor's elevou a qualificação de risco do país para A-/A-2, considerando positivas suas políticas de transparência,

suas reservas líquidas internacionais e o Acordo de Associação negociado com a UE no final de 2023.

Por suas dimensões, o país é essencialmente importador, tendo déficit na corrente de comércio com o mundo de cerca de um pouco mais de US\$ 1 bilhão. Seus principais parceiros comerciais são: Espanha, França, China, Itália, Alemanha e Reino Unido. A Espanha é o maior demandante dos serviços financeiros andorranos, maior investidor estrangeiro no país, comprador de metade de suas exportações, fornecedor de mais de 60% de suas importações e principal país de origem de turistas. Cerca de 50% dos investimentos externos em Andorra provêm da Espanha.

Intercâmbio comercial Brasil – Andorra

As trocas comerciais Brasil-Andorra são ainda pouco expressivas, sendo o Principado o 227º destino das vendas e a 180ª origem das compras brasileiras (2024). Após cinco anos consecutivos de déficits brasileiros nas transações comerciais com o Principado, o Brasil reverteu essa tendência negativa e obteve superávits a partir de 2015. Vale observar que a pauta de comércio, seja em compras ou vendas, é variável, com lista de produtos que se renova e não costuma repetir-se anualmente.

Em 2024, o fluxo comercial foi pouco representativo, com o volume de somente US\$ 179.175, representando uma queda de quase 66,8% ante 2023. As exportações brasileiras cresceram 50,5% (de US\$ 72.851 em 2023 para US\$ 109.669 em 2024), ao passo que as importações tiveram uma queda significativa frente a 2023 (85%), dos US\$ 467.441 em 2023 para os US\$ 69.506 em 2023.

Os produtos brasileiros exportados para Andorra em 2024 foram: móveis de madeira e suas partes; roupas de cama, colchões, suportes de

colchão, almofadas e semelhantes (46%) e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (26%). Os principais produtos importados pelo Brasil em 2024 foram: máquinas e aparelhos elétricos (30%), bombas, centrífugas, compressores de ar, ventiladores, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes (2%). Ao longo dos anos, não existiu estabilidade nem nas compras nem nas vendas do comércio bilateral.

Note-se que a Receita Federal do Brasil ainda mantém o país na lista de países com tributação favorecida, por ter constatado que a alíquota de imposto de renda praticada naquele país é de 10%, com exceções e benefícios que podem fazer a alíquota cair em até 80%.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DE ANDORRA

Ano	Eventos
1133	O conde de Urgell cede Andorra ao bispo de Urgell.
1278	Nos termos do acordo de "pareage", Andorra adota fidelidade conjunta a um príncipe francês e um espanhol, após disputas entre herdeiros franceses do condado de Urgell e bispos espanhóis de Urgell.
1419	O Conselho da Terra, órgão eleito, é estabelecido para lidar com questões locais.
1607	Édito real francês estabelece que chefe de Estado francês e bispo de Urgell serão co-príncipes de Andorra.
1936-39	Tropas francesas são enviadas para proteger Andorra na Guerra Civil Espanhola.
1982	Primeiro ramo executivo do governo toma posse. Sua liderança é eleita pelo Conselho da Terra.
1990	Andorra assina acordo que estabelece união aduaneira com a União Europeia.
1993	Primeira constituição é adotada, por referendo. Documento reduz poderes feudais dos dois príncipes. Novos órgãos executivos, legislativos e judiciais do governo são criados.
1993	Andorra se junta às Nações Unidas.
1993	França e Espanha estabelecem embaixadas em Andorra.
2004	Assinado Acordo de Cooperação com a União Europeia (UE), que entra em vigor no ano seguinte.
2011	Assinado acordo com a UE que permite que o euro seja a moeda oficial de Andorra. O acordo entra em vigor em 2012.
2013	Andorra introduz o imposto de renda pessoal pela primeira vez, sob pressão da União Europeia para combater a evasão fiscal.
2016	EUA suspendem sanções impostas em 2015 contra o quarto maior banco de Andorra, o Banca Privada d'Andorra, por lavagem de dinheiro.

2016	O Parlamento aprova planos para acabar com o sigilo das contas bancárias de residentes da UE a partir de janeiro de 2018.
2019	O Parlamento Europeu emite recomendação positiva à eventual assinatura de acordo de associação entre a UE e Andorra.
2023	Eleições parlamentares vencidas pelo “Dèmocrates de Andorra” (DA) conferem novo mandato ao presidente de Governo Xavier Espot (abril)
2023	Após oito anos de negociações, projeto de Acordo de Associação com a UE é concluído (dezembro)
2024	Trabalhos de revisão técnica e jurídica do projeto de Acordo de Associação são finalizados (maio). Inicia-se fase de tradução às línguas oficiais da UE e ao catalão e de análise do texto por todas as partes envolvidas.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1993	Com a entrada de Andorra nas Nações Unidas, o Brasil passa a manter diálogo político regular com o Principado.
1997	Nomeação do primeiro embaixador não-residente do Brasil para Andorra, residente em Madri.
2013	O ministro dos Assuntos Exteriores de Andorra, Gilbert Saboya Sunyé, visita o Brasil, ocasião na qual é firmado Memorando de Entendimento sobre Turismo.
2016	O então ministro do Turismo, Henrique Alves, mantém encontro com o ministro do Turismo e Comércio de Andorra, Francesc Camp Torres, à margem da Feira de Turismo, em Madri.
2018	Encontro do Presidente Michel Temer com o Presidente de Governo andorrano em reunião à margem da XXVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em

	Antígua, Guatemala
2020	O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, mantém videoconferência com sua homóloga de Andorra, Maria Ubach Font, dando continuidade a contato telefônico de outubro do mesmo ano.
2024	Andorra adere à iniciativa brasileira da Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, lançada na reunião do G20 no Rio de Janeiro (novembro).

ACORDOS BILATERAIS

Não há registro de acordos bilaterais entre Brasil e Andorra, exceto o Memorando de Entendimento Bilateral em Turismo, assinado em 2013.